

As Ciências da Educação não conseguiram salvar o mundo e como tal são dispensáveis. A radicalidade do argumento não tem sido afirmada tão claramente mas é óbvio que é quase sobre um pensamento equívoco como este que se vem produzindo uma retórica que investe contra um campo de saber como se nele residisse a origem de todos os males que afectam o estado da educação em Portugal. Cada geração tem de arranjar uma explicação para o não alcance de ideais, por vezes, tão desejados quanto difíceis de serem concretizados. Até aos anos 80, acreditou-se, em Portugal, que a expansão da escolaridade dotaria a sociedade portuguesa de uma mão-de-obra qualificada capaz de colocar o país ao nível do desenvolvimento dos países científica e tecnologicamente mais avançados e promoveria o aumento de consumidores de cultura e uma maior consciência social e cívica. No entanto, apesar da inegável importância social do fenómeno da democratização do ensino, generalizou-se uma percepção de que a expansão da escolaridade não só não contribuiu para o aumento do conhecimento como obrigou a baixar o nível de exigência académica. Como o país não conseguiu progredir tanto quanto se desejava, nomeadamente a ponto de se colocar entre os mais desenvolvidos da Europa, desenvolveu-se uma corrente de opinião, que encontrou eco em gente muito reputada intelectualmente, que, de forma tão categórica quanto ingénua, vem culpando as Ciências da Educação pela deficiente formação dos nossos jovens que ingressam no ensino superior ou no mercado de trabalho.

A qualidade intelectual e o potencial político de algumas das vozes que vêm dando visibilidade a este modo de equacionar os problemas que afectam a qualidade do ensino em Portugal deve merecer especial consideração por parte daqueles que têm vindo a esforçar-se por desenvolver um campo de saber sobre um objecto tão complexo como é o da educação. Ainda que se reco-

nheça ingenuidade e simplismo argumentativo às posições que atribuem às Ciências da Educação um efeito negativo sobre o mau funcionamento das escolas e o rendimento escolar dos estudantes, não se pode olhar para a produção/difusão de um tal discurso por pessoas académica e culturalmente prestigiadas como um facto inócuo e sem sentido. Ele poderá não ser muito fundamentado mas resulta de uma percepção da realidade escolar mediada por uma racionalidade dotada de qualidade instrumental que lhe confere um carácter sedutor. Por outro lado, ele é menos uma cabala de um qualquer indivíduo ou de uma qualquer entidade e mais um sintoma de que o sistema educativo com as sucessivas e tão propagandeadas reformas se tem revelado pouco capaz de proporcionar uma educação de qualidade à generalidade da população portuguesa em idade escolar. Ou seja, o discurso que se abate sobre as Ciências da Educação pode ser suficientemente sedutor porque se constrói a partir de dados que traduzem óbvios disfuncionamentos do sistema educativo arrumados numa bem articulada gramática argumentativa que pressupõe uma idade de ouro do ensino, situada algures num passado mais ou menos próximo. A acreditar nessa corrente de opinião, houve um tempo em que o ensino primária pela exigência, pelo o rigor e não desvalorizaria o conhecimento, aí se teriam feito homens e mulheres de cultura que agora se ignorariam. Vista como um capital acumulado da reflexão do passado, a cultura valorizada mede-se pelo enciclopedismo e pela erudição, de quando em vez mediada pela ideia duma pretensa funcionalidade de cariz perenialista. Em consequência o ensino consistia na transmissão de um saber clássico, muitas vezes apenas retórico, mesmo que ele vingasse muito à custa da repetição e de habilidades que facilitavam a sua aquisição e a sua conservação. Não deveríamos perguntar porque estamos menos desenvolvidos que outros países se a educação promovida nessa escola do passado era de tanta qualidade?

Como qualquer outro campo de saber, as Ciências da Educação não se constituíram apenas por capricho de um qualquer intelectual. Elas são um produto histórico e como tal devem a sua existência e o seu desenvolvimento à conjugação de condições materiais e culturais que valorizam a construção de racionalidades explicitadoras sobre um fenómeno cada vez mais relevante nas sociedades contemporâneas. De facto, embora tenha sido uma preocupação constante no percurso da humanidade, a educação tem merecido crescente atenção, tornando-se cada vez mais relevante como campo de acção e de estudo. É no contexto dum processo civilizacional decorrente de transformações

económicas e tecnológicas que devemos procurar compreender a evolução da educação, os modos como tem sido legitimada, as dinâmicas que tem assumido, os conteúdos que tem valorizado, os agentes que a tem promovido e os actores que a tem concretizado. Perspectivando assim a compreensão da educação alcança-se a variedade das propostas e a discussão sobre aspectos educacionais diversificados, distingue-se a retórica discursiva em função da sua origem e a capacidade de concretização em função do tipo de poder, o que nos remete para uma leitura dinâmica sobre um fenómeno complexo, capaz de nos elucidar sobre tendências, divergências, voluntarismos, resistências e constrangimentos que condicionam a realidade educacional de um determinado espaço-tempo. Ancorados numa cultura educacional fundada numa compreensão dinâmica da educação, podemos entender as Ciências da Educação como um campo que contempla racionalidades que se foram constituindo sobre a educação à medida que as exigências e os recursos as tornaram viáveis. Assim sendo, elas constituem-se como campo de produção de saber sobre a educação e como tal estão relacionadas com as condições que intervêm no desenvolvimento desta. As Ciências da Educação respondem a solicitações que advêm da dinâmica da educação em função das condições que a afectam desenvolvendo pensamento que se quer consequente. No entanto, as Ciências da Educação não podem ser mais responsabilizadas pelo estado em que se encontra o campo de acção sobre o qual intervêm que qualquer outro domínio científico sobre o respectivo espaço de acção. Ou será que a Medicina também deve ser responsabilizada pelo estado do sistema de saúde? E o Direito também deverá ser responsabilizado pelo estado da qualidade da organização da justiça?

Na verdade, a educação que temos resulta menos duma pretensa vontade de uma área científica do que do esforço de investimento que os poderes estão capazes de realizar. Não basta conceber um bom plano educativo se não se disponibilizam os meios necessários para uma execução adequada. Não será pertinente interrogarmo-nos porque falham modelos pedagógicos e práticas educativas que resultam noutros contextos? Não se procura seguir, em Portugal, o que de melhor se concebe em países economicamente desenvolvidos? Será que o que serve para os outros povos não serve para nós? Olharmos para a educação dos outros, sobretudo daqueles que nos têm convencido com o seu desenvolvimento, vermos o que conseguem, como fazem, como se organizam, que meios possuem, que recursos utilizam é certamente mais interessante do que olhar nostalgicamente para o passado. De qualquer modo, im-

porta também não rejeitar por princípio o saber que nos chega de tempos mais ou menos recuados. Porque o tempo não é certamente condição de validação do conhecimento não podemos valorizar o saber a partir da data em que foi produzido. A validade do conhecimento (até no que respeita à metodologia) deve ser aferida pela pertinência e consistência da explicação em função do objecto e do contexto. Mais do que aceitar ou rejeitar pura e simplesmente o conhecimento e os métodos do passado, interessa reflectir sobre o que se pretendia com eles, o que eles capacitavam e o que eles podem oferecer no presente. Esta é uma tarefa que compete fundamentalmente a várias áreas das Ciências da Educação e, por isso, deve ser no seu seio que se devem encontrar as vozes mais esclarecidas sobre esta problemática. Aliás, quem estará melhor situado para responder aos múltiplos problemas que se põem hoje na educação do que as pessoas que têm desenvolvido trabalho de investigação e reflexão sobre tal assunto? Será que os que fazem a conversa de café são mais inspirados que aqueles que fazem do estudo sistemático a base das suas opções?

Convictos de que as boas decisões precisam de estudos consistentes e de pessoas qualificadas para produzir pensamento orientador e de que são necessários meios de promoção da reflexão sobre os resultados da investigação que se debruça sobre os vários aspectos da educação, sempre entendemos que a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação devia procurar criar espaços que propiciassem interacção de ideias provenientes de áreas e de concepções de trabalho bastante diferenciadas. A criação da revista *Investigar em Educação*, tem vindo a possibilitar uma panorâmica da produção científica no âmbito de várias áreas das Ciências da Educação, levando em atenção a pluralidade das abordagens e o estado da arte no contexto nacional.

Neste número, prossegue-se o projecto editorial publicando textos que se debruçam sobre objectos muito diferentes. Em "Percursos de consolidação da Didáctica de Línguas em Portugal", uma equipa de investigadores coordenada pela Professora Isabel Alarcão tem em vista a caracterização da situação da Didáctica de Língua no nosso país a partir da análise dos trabalhos publicados, nos últimos dez anos, por membros das Unidades de Investigação em Ciências da Educação subsidiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Este estudo, bastante rigoroso e abrangente, permite concluir que as publicações analisadas revelam uma comunidade de investigadores bastante activa e com crescente envolvimento em projectos em equipa. Em "Docência e apren-

dizagem no ensino superior”, a equipa de investigadores coordenada pelo Professor José Tavares, embora não se proponha a fazer uma análise exaustiva sobre o tema, acaba por fazer um levantamento dos estudos realizados ou em curso sobre o assunto indicado no título do trabalho tendo em vista uma meta-reflexão sobre as linhas-força desses estudos e seu impacto nos sistemas de formação. Maria de Fátima Chorão Sanches e Manuela Jacinto, em “Investigação Sobre o Pensamento dos Professores: Multidimensionalidade, Contributos e Implicações”, partem de uma breve contextualização evolutiva da investigação internacional sobre o pensamento dos professores para uma análise dos estudos portugueses definindo diversas linhas de investigação expressas num mapa sintetizador de áreas charneira sobre o pensamento de professores: concepções de ensino; articulação entre concepções e práticas em diversas áreas de ensino; vertentes do conhecimento profissional; pensamento ético profissional; concepções de ensino em diversas fases de formação. Realce-se que as autoras acabam salientando contributos e implicações relativas à compreensão da relação entre concepções e práticas, ao carácter situacional e estrutura em rede de concepções, à expressividade e estabilidade do pensamento profissional e a uma visão ecológica do pensamento do professor, o que as implica numa visão crítica construtiva. Num outro texto intitulado “O Estado da Investigação Portuguesa no Domínio do Desenvolvimento Profissional e (Re)construções Identitárias dos Professores: Missão (im)Possível”, Amélia Lopes, para além da pertinente explicitação metodológica, desenvolve uma análise com base num modelo que comporta quatro categorias: a psicológico-descritiva, a sociológico-descritiva, a sociológico-propositiva e a psicológico-propositiva. Para além de perscrutar a sincronia (categorias) a autora procurou também olhar à diacronia (tempos) dos textos, assim como às “geografias” e “parcerias”, o que lhe permitiu uma leitura contextualizada que nos elucida sobre os contributos, as lacunas, as tendências e as necessidades no campo de investigação em análise.

Como é evidente, não se pretende aqui apresentar a última palavra sobre qualquer domínio mas traduzir de forma séria e fundamentada tendências do que se vem produzindo no seu âmbito. Aqui se encontram caracterizações e reflexões que se apoiam em análises claras e que podem promover outros estudos, motivar novos investigadores, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento, consolidação e dignificação das Ciências da Educação em Portugal.